

---

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Abreviaturas</i> .....	XV
<i>Prefácio</i> .....	XVII
<i>Agradecimentos</i> .....	XIX
Capítulo 1 – Direito e Estudo Jurídico .....	1
1.1. Introdução .....	1
1.2. A natureza do Direito .....	2
1.3. Categorias do Direito .....	2
1.3.1. <i>Common law</i> e <i>civil law</i> .....	2
1.3.2. <i>Common law</i> e equidade .....	4
1.3.3. <i>Common law</i> e Direito Legislado .....	5
1.3.4. Direito Privado e Direito Público .....	5
1.3.5. Direito Civil e Direito Penal .....	6
1.4. Abordagens do Direito e do Estudo Jurídico .....	10
1.4.1. Método tradicional/formalista ( <i>Black Letter</i> ) .....	10
1.4.2. Contextualismo .....	11
1.4.3. Teoria jurídica crítica .....	11
1.5. Habilidades .....	12
Resumo do Capítulo .....	12
Capítulo 2 – O Estado de Direito e Direitos Humanos .....	15
2.1. Introdução .....	15
2.2. O Estado de Direito .....	15
2.2.1. <i>AV Dicey</i> .....	16
2.2.2. <i>FA von Hayek</i> .....	18
2.2.3. <i>EP Thompson</i> .....	19
2.2.4. <i>Joseph Raz</i> .....	20
2.2.5. <i>Roberto Unger</i> .....	20
2.2.6. <i>Max Weber</i> .....	21
2.2.7. O Estado de Direito e a forma contemporânea do Direito .....	22
2.3. O Estado de Direito e o Judiciário .....	23
2.3.1. A separação dos poderes .....	28
2.3.2. Soberania parlamentar .....	29
2.3.3. Independência judicial .....	31
2.4. Discurso dos Direitos Humanos e Estado de Direito .....	33
2.5. A Lei de Direitos Humanos de 1998 .....	33
2.5.1. Interpretação judicial e aplicação da Lei de Direitos Humanos .....	39
2.5.1.1. Restrição sobre direitos não absolutos e proporcionalidade .....	39
2.5.1.2. Interpretação judicial da lei nos termos da seção 3 da HRA .....	42

2.5.1.3. Declarações de incompatibilidade nos termos da seção 4 da HRA . . . . .	44
2.5.2. Direitos Humanos e legislação antiterrorismo . . . . .	45
Resumo do Capítulo . . . . .	57
Capítulo 3 – Fontes do Direito . . . . .	61
3.1. Introdução . . . . .	61
3.2. União Europeia . . . . .	61
3.3. Legislação . . . . .	61
3.3.1. O processo pré-parlamentar . . . . .	62
3.3.2. O processo legislativo . . . . .	64
3.3.2.1. Reforma da Câmara dos Lordes . . . . .	67
3.3.3. Redação das leis . . . . .	68
3.3.4. Tipos de Legislação . . . . .	70
3.4. Interpretação das leis . . . . .	71
3.4.1. Problemas sobre a interpretação das leis . . . . .	71
3.4.2. Métodos de interpretação das leis . . . . .	72
3.4.2.1. O método teleológico e interpretação atualizadora . . . . .	73
3.4.3. Regras de interpretação . . . . .	76
3.4.3.1. A relação das regras de interpretação . . . . .	80
3.4.4. Auxílios à interpretação . . . . .	81
3.4.4.1. Auxílio intrínseco . . . . .	81
3.4.4.2. Assistência extrínseca . . . . .	82
3.4.5. Presunções . . . . .	83
3.5. Legislação delegada e subordinada . . . . .	87
3.5.1. Vantagens no uso da legislação delegada . . . . .	88
3.5.2. Desvantagens da prevalência da legislação delegada . . . . .	89
3.5.3. A Lei de Reforma Legislativa e Regulatória de 2006 . . . . .	90
3.5.4. Controle da legislação delegada . . . . .	91
3.5.4.1. Controle parlamentar sobre as leis delegadas . . . . .	91
3.5.4.2. Controle judicial da legislação delegada . . . . .	92
3.6. Jurisprudência . . . . .	92
3.6.1. Precedente . . . . .	92
3.6.2. Repositório de jurisprudência . . . . .	93
3.6.3. Precedente dentro da hierarquia da justiça . . . . .	96
3.6.4. Precedente vinculante . . . . .	110
3.6.5. Vantagens da jurisprudência . . . . .	111
3.6.6. Desvantagens da jurisprudência . . . . .	115
3.7. Doutrina . . . . .	119
3.8. Costume . . . . .	120
3.9. Reforma do Direito . . . . .	121
Resumo do Capítulo . . . . .	127
Capítulo 4 – A Justiça Cível . . . . .	129
4.1. Introdução . . . . .	129
4.2. O Serviço Judiciário da Rainha . . . . .	130
4.3. Cortes de magistrados . . . . .	131
4.4. Varas de condado . . . . .	132
4.5. O Tribunal Superior de Justiça . . . . .	134
4.5.1. A Divisão do Tribunal da Rainha . . . . .	134
4.5.2. A Corte Divisional do Tribunal da Rainha . . . . .	135
4.5.3. A Divisão de Chancelaria . . . . .	135
4.5.4. A Corte Divisional de Chancelaria . . . . .	136
4.5.5. A Divisão de Família . . . . .	136
4.5.6. A Corte Divisional de Família . . . . .	136
4.6. Recursos contra decisões do Tribunal Superior . . . . .	137
4.7. O Tribunal Recursal (Divisão Civil) . . . . .	137

4.8. Reformas ao Processo Recursal . . . . .	138
4.8.1. Histórico . . . . .	138
4.8.2. Lei de Acesso à Justiça de 1999 (parte IV) . . . . .	139
4.8.3. Direito de recorrer . . . . .	139
4.8.4. Destino dos recursos . . . . .	140
4.8.5. Divisão Civil do Tribunal Recursal . . . . .	141
4.8.6. Competência do juiz singular do Tribunal Superior . . . . .	141
4.8.7. As Regras de Processo Civil . . . . .	141
4.8.8. A Lei do Judiciário de 2003 . . . . .	142
4.8.8.1. Jurisdição e Processo Civil . . . . .	142
4.8.8.2. Transferência de ações cíveis (exceto Direito de Família) . . . . .	142
4.9. Câmara dos Lordes . . . . .	143
4.10. A Corte Europeia de Justiça . . . . .	145
4.11. A Corte Europeia de Direitos Humanos . . . . .	147
4.12. Comitê Judicial do Conselho da Rainha . . . . .	147
Resumo do Capítulo . . . . .	148
Capítulo 5 – A Justiça Criminal . . . . .	149
5.1. Introdução . . . . .	149
5.2. Cortes de magistrados . . . . .	150
5.2.1. Julgamento sumário . . . . .	150
5.2.2. Infrações que podem ser processadas por ambas as formas . . . . .	152
5.2.2.1. A Lei de Justiça Criminal de 2003 . . . . .	153
5.2.3. Varas de menores . . . . .	155
5.2.4. Infrações denunciáveis – procedimentos de mudança de foro . . . . .	157
5.2.4.1. Procedimentos velhos e novos . . . . .	157
5.2.4.2. Divulgação de procedimentos de mudança de foro . . . . .	157
5.2.4.3. Seção 51 da Lei sobre Crime e Desordem de 1998 . . . . .	158
5.2.4.4. Consistência da pena . . . . .	158
5.2.4.5. Mudança de foro para fixação da pena . . . . .	159
5.2.5. Execução da pena e não pagamento da multa . . . . .	159
5.3. A Corte da Coroa . . . . .	159
5.3.1. Os juízes . . . . .	160
5.3.2. Jurisdição . . . . .	161
5.3.3. Atraso e outras questões relativas a procedimentos perante a Corte da Coroa . . . . .	161
5.4. Cortes de magistrados e Cortes da Coroa . . . . .	162
5.5. Recursos criminais . . . . .	163
5.5.1. Recursos nas cortes de magistrados . . . . .	163
5.5.2. Recursos contra a Corte da Coroa . . . . .	163
5.5.2.1. A Lei de Justiça Criminal de 2003 . . . . .	167
5.6. A lei de acesso à justiça de 1999 – jurisdição . . . . .	170
5.7. Comitê Judicial do Conselho da Rainha . . . . .	171
5.8. Comissão Real sobre Justiça Criminal . . . . .	171
5.9. Comissão de Reexame de Ações Penais . . . . .	172
5.10. Erro judicial . . . . .	174
5.11. Reforma da Justiça Penal . . . . .	175
5.12. Vara de investigação de óbito ( <i>coroners' court</i> ) . . . . .	180
Resumo do Capítulo . . . . .	182
Capítulo 6 – O Judiciário . . . . .	185
6.1. Introdução . . . . .	185
6.2. O papel constitucional do Judiciário . . . . .	185
6.2.1. O papel constitucional do Lorde Chanceler . . . . .	186
6.2.1.1. A Reforma Constitucional de 2005 . . . . .	188
6.2.2. A Constituição e o papel da Câmara dos Lordes . . . . .	189
6.2.3. Imparcialidade judicial . . . . .	191

6.3. Cargos judiciais	196
6.3.1. Hierarquia judicial	197
6.3.2. Cargos jurídicos	199
6.4. Nomeação no Judiciário	199
6.4.1. Qualificações	200
6.4.2. Seleção de juízes	201
6.5. Treinamento do Judiciário	213
6.5.1. Treinamento sobre isonomia	214
6.6. Aposentadoria de juízes	217
6.7. Demissão de juízes	218
6.7.1. A reforma constitucional	220
6.8. Imunidade judicial	220
6.9. Magistrados	221
6.9.1. Nomeação	223
6.9.2. O futuro das cortes de magistrados	226
Resumo do Capítulo	228
Capítulo 7 – Raciocínio Judicial e Política	231
7.1. Introdução	231
7.2. Direito e lógica	231
7.3. Raciocínio em geral	232
7.3.1. Raciocínio dedutivo	232
7.3.2. Raciocínio indutivo	233
7.3.3. Raciocínio por analogia	234
7.4. Raciocínio judicial	235
7.4.1. O silogismo no Direito	235
7.4.2. A forma lógica do precedente	235
7.4.3. Raciocínio jurídico e retórica	237
7.5. Reexame judicial	239
7.5.1. Provimentos de Direito Privado	239
7.5.1.1. Declaração	239
7.5.1.2. Ordem judicial	240
7.5.1.3. Indenização	240
7.5.2. Ordens de prerrogativa	240
7.5.3. Fundamento para pedido de reexame judicial	241
7.5.4. A exclusão do reexame judicial	242
7.5.4.1. Cláusulas “terminativas” ou “de exclusão”	243
7.5.4.2. Cláusulas de exclusão parcial	244
7.6. Política e o Judiciário	244
7.6.1. Política de fixação das penas	244
7.6.2. A política do reexame judicial e a Lei de Direitos Humanos	246
7.7. Política do Judiciário	253
7.7.1. Críticas	255
7.7.2. A política das investigações judiciais	258
Resumo do Capítulo	261
Capítulo 8 – O Júri	263
8.1. Introdução	263
8.2. O papel do júri	265
8.3. A função do júri nos julgamentos	266
8.3.1. Recursos contra decisões do júri	270
8.3.2. Verdictos majoritários	270
8.3.3. Dispensa dos jurados ou do júri	271
8.4. A seleção do júri	272
8.4.1. Responsabilidade para servir	272
8.4.2. Impedimentos, desqualificação e escusa	273

8.4.3. Invalidez física e serviço do júri . . . . .	277
8.4.4. impugnações aos membros do júri . . . . .	278
8.4.4.1. Impugnação pela defesa. . . . .	278
8.4.4.2. Recusa pela acusação. . . . .	279
8.4.4.3. Verificação do júri . . . . .	280
8.4.4.4. A composição racial do júri . . . . .	280
8.5. Parcialidade racial em júris . . . . .	282
8.6. O declínio do julgamento pelo júri. . . . .	287
8.6.1. O julgamento por júri no processo civil . . . . .	287
8.6.2. Júri criminal . . . . .	292
8.6.2.1. Lei da Justiça Criminal de 2003: coação do júri . . . . .	292
8.6.2.2. Lei de Justiça Criminal de 2003: julgamentos complexos de fraude . . . . .	293
8.7. Reforma futura do júri . . . . .	295
8.7.1. Infrações processáveis por ambas as formas: o papel do júri. . . . .	295
8.8. Investigação do comportamento do júri. . . . .	298
8.9. Conclusão. . . . .	301
Resumo do Capítulo . . . . .	303
Capítulo 9 – O Processo Civil. . . . .	305
9.1. Introdução . . . . .	305
9.2. A necessidade de reforma. . . . .	305
9.3. O novo Processo Civil . . . . .	308
9.3.1. As regras de Processo Civil . . . . .	309
9.3.2. O objetivo prioritário (CPR – parte 1) . . . . .	310
9.3.3. Diretivas de prática. . . . .	311
9.3.4. Protocolos pré-processual. . . . .	311
9.4. Controle do processo (CPR – parte 3) . . . . .	313
9.4.1. Conferências de administração processual . . . . .	315
9.4.2. Revisões pré-julgamento . . . . .	315
9.4.3. Suspensões para transação (CPR – parte 26) e transações (CPR – parte 36) . . . . .	316
9.4.4. Pedidos a serem feitos quando as ações chegarem ao juiz (CPR – parte 1). . . . .	317
9.4.5. Depoimentos da testemunha (CPR – parte 32). . . . .	318
9.4.6. Peritos (CPR – parte 35) . . . . .	318
9.5. Fixação da competência e do rito (CPR – parte 26) . . . . .	318
9.5.1. O rito de pequenas causas (CPR – parte 27) . . . . .	319
9.5.2. Rito sumário (CPR – parte 28) . . . . .	321
9.5.3. O rito múltiplo (CPR – parte 29) . . . . .	321
9.6. Documentação e processos . . . . .	322
9.6.1. Como iniciar a ação – o formulário inicial (CPR – parte 7). . . . .	322
9.6.2. Procedimento alternativo de ações (CPR – parte 8) . . . . .	322
9.6.3. Petição inicial – valor (CPR – parte 16) . . . . .	323
9.6.4. Petição inicial – detalhes da ação (CPR – parte 16) . . . . .	323
9.6.5. Compromissos de falar a verdade (CPR – parte 22) . . . . .	324
9.6.6. Resposta aos detalhes da ação (CPR – parte 9) . . . . .	324
9.6.7. Comunicação processual (CPR – parte 6) . . . . .	325
9.6.8. Confissões e confissões parciais (CPR – parte 14) . . . . .	326
9.6.9. Defesa e transferência automática (CPR – parte 26) . . . . .	326
9.6.10. Questionário de fixação de rito (formulário n. 150) . . . . .	327
9.6.11. Julgamento à revelia (CPR – parte 12) . . . . .	328
9.6.12. Julgamento antecipado da lide (CPR – parte 24) . . . . .	328
9.7. Audiências públicas e privadas (CPR – parte 39) . . . . .	328
9.8. Recursos (CPR – parte 52) . . . . .	329
9.9. Provimentos jurisdicionais . . . . .	330
9.10. Indenização . . . . .	331
9.10.1. Tipos de indenização . . . . .	331
9.10.2. Indenização em Direito Contratual. . . . .	332

9.10.3. Responsabilidade civil .....	333
9.11. Provedimentos equitativos .....	334
9.12. Custas judiciais .....	336
9.13. Custas (CPR – partes 44-48) .....	336
9.14. O que o novo sistema já conseguiu? .....	336
9.15. Execução de provedimentos cíveis .....	339
Resumo do Capítulo .....	341
<b>Capítulo 10 – Arbitragem, Julgamento Judicial e Resolução Alternativa de Conflitos .....</b>	<b>349</b>
10.1. Introdução .....	349
10.2. Arbitragem .....	358
10.2.1. Processo .....	359
10.2.2. Relação com a Justiça Comum .....	363
10.2.3. Vantagens .....	363
10.3. Tribunais administrativos .....	364
10.3.1. Tribunais administrativos e juízes .....	365
10.3.2. Composição dos tribunais .....	366
10.3.3. Tribunais previstos em lei .....	366
10.3.4. Tribunais domésticos .....	369
10.3.5. Vantagens dos tribunais administrativos .....	369
10.3.6. Desvantagens dos tribunais .....	370
10.3.7. A revisão Leggatt dos tribunais .....	372
10.3.8. A lei de tribunais, justiça e execução de 2007 .....	374
10.4. <i>Ombudsman</i> .....	375
10.4.1. Processo .....	376
10.4.1.1. Linha Férrea do Túnel do Canal (da Mancha) .....	378
10.4.1.2. Confiando na promessa de aposentadoria: órgãos públicos e a segurança de aposentadorias com base no salário final .....	379
10.4.1.3. <i>Equitable Life</i> : um década de falha regulatória .....	380
10.4.2. Avaliação .....	383
10.5. Mediação e conciliação .....	384
10.5.1. Mediação .....	384
10.5.2. Mediação em divórcio .....	385
10.5.3. Conciliação .....	386
Resumo do Capítulo .....	387
<b>Capítulo 11 – O Processo Penal: (1) A Investigação do Crime .....</b>	<b>389</b>
11.1. Introdução .....	389
11.2. Desconfiança em relação ao sistema .....	391
11.2.1. Contradição .....	392
11.2.2. Questões contemporâneas .....	393
11.3. Prisão .....	394
11.3.1. Remédios para prisão ilegal .....	395
11.3.2. Poderes gerais de prisão .....	397
11.3.3. Prisão mediante mandado .....	397
11.3.4. Prisões no <i>common law</i> .....	397
11.3.5. Prisão na legislação .....	398
11.3.6. <i>G v. DPP</i> (1989) .....	401
11.3.7. <i>Walters v. WH Smith &amp; Son Ltd</i> (1914) .....	402
11.3.8. <i>R v. Self</i> (1992) .....	403
11.3.9. <i>John Lewis &amp; CO v. Tims</i> (1952) .....	403
11.3.10. Qual o significado de “justa causa de suspeita”? .....	404
11.3.11. Detenção sem prisão .....	405
11.3.12. Suspeitos parados na rua .....	406
11.3.13. Parar e buscar .....	407
11.3.14. O Código de prática de exercício de poderes legais de busca pessoal .....	408

11.3.15. Busca em pessoas presas. . . . .	409
11.3.16. Busca na detenção. . . . .	409
11.3.17. Processo de prisão. . . . .	410
11.3.18. Poderes de polícia nos termos da seção 60 da Lei de Justiça Criminal e Ordem Pública de 1994. . . . .	412
11.3.19. Outros aspectos da seção 60 da Lei de Justiça Criminal e Ordem Pública de 1994. . . . .	413
11.3.20. Prestação de contas e seção 60 da Lei de Justiça Criminal e Ordem Pública de 1994. . . . .	415
11.3.21. A Lei de Terrorismo de 2000 . . . . .	415
11.3.22. O uso de força para realizar prisão . . . . .	416
11.3.23. Deveres após a prisão . . . . .	416
11.4. Interrogatório, confissão e admissibilidade de provas . . . . .	416
11.4.1. Prazos para detenção sem acusação . . . . .	417
11.4.2. Buscas de pessoas detidas. . . . .	419
11.4.3. Respondendo a perguntas da polícia e o direito ao silêncio . . . . .	421
11.4.4. Deveres de responder . . . . .	422
11.4.5. O que pode ser dito em juízo sobre o silêncio em face de interrogatório policial . . . . .	423
11.4.6. Direito ao silêncio em juízo . . . . .	425
11.4.7. Limites ao direito ao silêncio . . . . .	427
11.4.8. Instruções para o júri sobre réus silenciosos. . . . .	430
11.4.9. Gravação do áudio do interrogatório . . . . .	433
11.4.10. Confissões e a admissibilidade de provas. . . . .	433
11.4.11. Opressão . . . . .	434
11.4.12. Prova ilícita. . . . .	435
11.4.13. <i>R v. Heaton</i> (1993) . . . . .	436
11.4.14. Pode o advogado dizer sobre algo “dito ou feito”? . . . . .	438
11.5. Códigos PACE revisados . . . . .	439
11.6. A Lei de Justiça Criminal de 2003 e modificações à Lei de Polícia e Provas Criminais de 1984. . . . .	440
Resumo do capítulo. . . . .	440
Capítulo 12 – O Processo Penal: (2) A Ação Penal . . . . .	443
12.1. Introdução . . . . .	443
12.2. O Ministério Público Inglês . . . . .	444
12.2.1. O código para os promotores da Coroa . . . . .	446
12.2.2. A discricionariedade para processar . . . . .	446
12.2.3. Admoestação policial aos criminosos. . . . .	447
12.2.4. Diretrizes do CPS . . . . .	448
12.2.5. Independência do CPS em relação à polícia. . . . .	450
12.2.6. Controle judicial da política de ação penal. . . . .	451
12.2.7. Promotores do Estado nas Cortes da Coroa . . . . .	452
12.3. Fiança . . . . .	453
12.3.1. A Lei de Justiça Criminal e Ordem Pública de 1994 . . . . .	454
12.3.2. Recursos e reconsiderações . . . . .	457
12.3.3. Lei de Fiança e Justiça Criminal de 2003. . . . .	459
12.4. Transação penal . . . . .	462
12.4.1. <i>R v. Turner</i> (1970). . . . .	463
12.4.2. Instrução de prática do tribunal recursal. . . . .	464
12.4.3. <i>R v. Pitman</i> (1991) . . . . .	465
12.5. O processo de fixação da pena, a separação de poderes e a Lei de Direitos Humanos . . . . .	466
12.5.1. Prisão perpétua automática nos termos da seção 2 da Lei de Crimes (pena) de 1997 . . . . .	466
12.5.2. Prisão perpétua obrigatória para homicídio . . . . .	469
12.5.3. Prazo mínimo do regime de pena restritiva de liberdade (em inglês: <i>tariff</i> ). . . . .	473
Resumo do Capítulo . . . . .	482
Capítulo 13 – Serviços Jurídicos. . . . .	485
13.1. Introdução . . . . .	485
13.2. A profissão jurídica. . . . .	488

13.3. <i>Solicitors</i> .....	488
13.3.1. Treinamento .....	489
13.3.2. A Sociedade Jurídica .....	490
13.3.3. O Instituto de Executivos Jurídicos .....	495
13.4. <i>Barristers</i> .....	496
13.4.1. Treinamento .....	496
13.4.2. <i>Inns of Court</i> .....	496
13.4.3. O Conselho Geral da Ordem .....	497
13.4.4. Educação .....	497
13.4.5. Advogados da Rainha .....	497
13.4.6. A câmara dos <i>barristers</i> .....	498
13.5. Etiqueta profissional .....	498
13.5.1. Imunidade contra ações relativas à negligência .....	499
13.6. A Lei do Judiciário e serviços jurídicos de 1990 .....	504
13.6.1. Seção 17 .....	504
13.6.2. Direitos de audiência dos <i>solicitors</i> .....	505
13.6.3. A Lei de Acesso à Justiça de 1999 e os direitos de audiência .....	507
13.6.4. Sociedades e escritórios transnacionais .....	509
13.6.5. <i>Solicitors</i> empregados .....	510
13.6.6. Monopólio dos direitos de transmissão de imóvel .....	510
13.6.7. O <i>ombudsman</i> de serviços jurídicos .....	512
Resumo do Capítulo .....	513
 Capítulo 14 – O Financiamento dos Serviços Jurídicos .....	 515
14.1. Introdução .....	515
14.2. Histórico das recentes mudanças .....	515
14.3. O esquema de assistência judiciária .....	516
14.3.1. Trabalho controlado e licenciado .....	517
14.3.2. Contratação .....	518
14.3.3. Contrato Unificado .....	520
14.3.4. Marca de Qualidade .....	521
14.4. A Comissão de Serviços Jurídicos .....	522
14.5. O serviço jurídico comunitário .....	522
14.5.1. Contrato de serviço jurídico comunitário .....	523
14.5.2. Teste de elegibilidade financeira .....	523
14.5.3. O Código de Financiamento .....	525
14.5.4. Prestação de serviços jurídicos .....	527
14.5.5. O Fundo CLS .....	528
14.5.6. Ampliação das condições financeiras de uma parte assistida .....	529
14.5.7. Sucesso relativo do esquema .....	530
14.6. Centros de Aconselhamento Jurídico Comunitário e Redes .....	531
14.7. O Serviço de Defesa Criminal .....	531
14.8. Serviço de Defensoria Pública .....	533
14.9. O setor voluntário .....	534
14.9.1. Centros jurídicos .....	535
14.9.2. Outros aconselhamentos voluntários .....	535
14.10. Acordos de honorários condicionais .....	536
14.10.1. A Lei de Acesso à Justiça de 1999 .....	539
14.10.2. As vantagens dos acordos de honorários condicionais .....	540
14.10.3. As desvantagens dos acordos de honorários condicionais .....	541
14.11. Reformas à Assistência Judiciária .....	542
14.11.1. Reformas baseadas no mercado para fazer com que a Assistência Judiciária Criminal seja mais eficiente – a revisão Carter .....	544
14.11.2. Assistência Jurídica Civil .....	547
Resumo do Capítulo .....	550



Capítulo 15 – O Contexto Europeu . . . . .	553
15.1. Introdução . . . . .	553
15.1.1. Soberania parlamentar, Direito Comunitário Europeu e a Justiça . . . . .	557
15.2. Fontes do Direito Comunitário Europeu . . . . .	561
15.2.1. Tratados internos. . . . .	561
15.2.2. Tratados internacionais . . . . .	561
15.2.3. Legislação secundária . . . . .	561
15.2.4. Decisões da Corte Europeia de Justiça . . . . .	562
15.3. As instituições da União Europeia . . . . .	563
15.3.1. O Conselho de Ministros . . . . .	563
15.3.2. O Parlamento Europeu . . . . .	565
15.3.3. Poderes do Parlamento Europeu . . . . .	565
15.3.4. Comitê Econômico e Social . . . . .	567
15.3.5. A Comissão Europeia . . . . .	567
15.3.6. A Corte Europeia de Justiça . . . . .	568
15.3.7. A Corte de Auditores . . . . .	573
15.4. Corte Europeia de Direitos Humanos . . . . .	573
15.4.1. A gênese da regulação da Lei de Poderes Investigatórios de 2000. . . . .	580
15.5. A Convenção Europeia e a União Europeia . . . . .	582
Resumo do Capítulo . . . . .	583